

# IMPLICAÇÕES DA PARCEIRA ENTRE O INSTITUTO AYRTON SENNA E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – PARANÁ: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

**Silvana Aparecida de Souza – Unioeste**<sup>1</sup>

Campus de Foz do Iguaçu  
sasouza@unioeste.br

**Resumo:** O texto, que apresenta dados e análise preliminar de pesquisa em andamento acerca da parceria entre o município de São José dos Pinhais (localizado na região metropolitana de Curitiba- PR), e o Instituto Ayrton Senna, aponta para o fato de que tal parceria altera a relação escola/direção/comunidade/Secretaria Municipal de Educação, que passa a orientar-se por um *modus operandis* típico dos setores considerados produtivos, no contexto da sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** Parcerias na educação; público e privado na educação; administração da educação.

## INTRODUÇÃO

No contexto da reestruturação da sociedade capitalista as parcerias entre entes públicos e privados têm sido cada vez mais freqüentes, sobretudo no que diz respeito à execução de ações sociais. Sendo assim, o Terceiro Setor tem ganhado destaque, ocorrendo a proliferação de Organizações não-governamentais (ONGs) de todo tipo, que, muitas vezes, apesar de utilizarem recursos públicos, executam as ações que se dispuseram a desenvolver com a aura do privado, parecendo querer fazer crer que este é modelo de competência, em detrimento do público. Ou, nas palavras de Vera Peroni:

Neste contexto, a relação público/privado ganha novos contornos, repassando para o público não-estatal ou o privado a execução das políticas, ou mudando a lógica de gestão do público, tendo como parâmetros o privado, por julgá-lo padrão de eficiência e produtividade, com profundas conseqüências para a construção da gestão democrática da educação. (PERONI, 2008, p. 111)

O presente texto relata resultados preliminares de pesquisa em desenvolvimento, que objetiva compreender as implicações de uma dessas parcerias, que, longe de ser analisada de forma isolada, pretende buscar os nexos e as relações entre parte/totalidade de uma parceria específica no contexto da reestruturação da sociedade em geral.

A instituição privada é o Instituto Ayrton Senna (IAS), que, fundado em novembro de 1994, é uma ONG, sem fins lucrativos, a qual, segundo informações contidas em seu sítio eletrônico disponível na rede mundial de computadores (internet), sua meta principal “tem

sido trabalhar para criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs.” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2009)

O Instituto é presidido pela irmã de Ayrton<sup>2</sup>, Viviane Senna e conta com um Conselho Consultivo, que, ainda segundo informações contidas no sítio eletrônico, “contribui para a realização da missão do Instituto junto às novas gerações”, e é formado por “expoentes dos vários setores da sociedade”. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2009)

O Instituto mantém e desenvolve vários programas nas seguintes áreas:

Educação formal: Acelera Brasil, Se Liga, Circuito Campeão, Gestão Nota 10;

Educação complementar: SuperAção Jovem, Educação pela Arte, Educação pelo Esporte;

Educação e tecnologia: Escola Conectada, Comunidade Conectada; Brinquedotecas.

Segundo afirmação do IAS:

Os Programas do Instituto Ayrton Senna são soluções educacionais criadas, implementadas, avaliadas, sistematizadas e disseminadas por todo o Brasil. Respostas criativas, flexíveis, eficazes e em escala que geram impacto e transformações sociais permanentes na vida de crianças e jovens, dentro da escola (educação formal) e fora dela (educação complementar). Por meio da disseminação dessas soluções, o Instituto transcende as ações de atendimento direto, transferindo conhecimentos e práticas a outras organizações e, ainda, transformando seus programas em políticas públicas de municípios e estados inteiros. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2009)

No que diz respeito ao presente texto, a atenção está voltada para os programas destinados à educação formal, os quais se desenvolvem a partir do estabelecimento de parcerias com redes e sistemas de ensino público, sendo este o objeto da pesquisa nacional coordenada pelas Prof. Theresa Adrião, da UNESP de Rio Claro, e Vera Peroni, da UFRGS, da qual a pesquisa em desenvolvimento no Paraná, de que resulta este relato, é parte integrante.

A instituição pública em análise é o município de São José dos Pinhais (SJP), situado na região metropolitana de Curitiba, que é a capital do Estado do Paraná. SJP possui uma população de quase 300 mil habitantes e sua economia está baseada na indústria de transformação. A cidade oferece mais de 60 mil empregos formais, sendo considerado um município próspero e com boa arrecadação própria, abrigando, por exemplo, fábricas como a Volkswagen – Audi, Renault, Nissan, Montana – Argo (fabricante de maquinário agrícola), O Boticário, Nutrimental, Cequipel, e muitas outras empresas menores que orbitam em torno destas. Abriga ainda o centro de distribuição das Casas Bahia, um centro de distribuição da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev). Também o Aeroporto Internacional Afonso

Pena, que atende Curitiba, está localizado na área geográfica de SJP. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2008)

Não se trata portanto de um município pobre, se comparado com os demais municípios do mesmo estado da federação, que dirá do Brasil. Seu sistema municipal de ensino atende cerca de 28 mil alunos da educação infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), distribuídos em 30 estabelecimentos de Educação Infantil e 59 de Anos Iniciais do Ensino Fundamental.<sup>3</sup> Porém, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)<sup>4</sup> de SJP é 4.6, estando abaixo da média do Estado do Paraná para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que é 5.2.

#### A PARCERIA ENTRE O IAS E O MUNICÍPIO DE SJP

O prefeito de São José dos Pinhais iniciou o diálogo com o IAS no ano de 2000, por intermédio do então gerente da agência do Banco do Brasil na cidade, em um processo no qual o município foi procurado para estabelecer a parceria e não o contrário. Depreende-se isso pelo relato do gerente da agência do Banco do Brasil, assim como da entrevista concedida pelo prefeito e pela Secretária de Educação do município de SJP naquele período.

Ao que parece, a Fundação Banco do Brasil, junto com o Instituto Ayrton Senna, solicitou à Superintendência do Banco do Brasil no Paraná (é possível que esse processo deva ter ocorrido da mesma forma em todo o país), que procedesse a um levantamento de alguns municípios que tivessem um nível de educação razoável, para estabelecer a parceria com o Instituto. A partir dessa solicitação, a Superintendência Estadual de tal banco passou a efetuar esse levantamento dentre os municípios que poderiam ser “apoiados” no Paraná, acionando para isso as gerências das agências dos municípios. Foi então que o gerente da agência de SJP foi contatado por telefone pela Superintendência, que solicitou que o gerente “sondasse” a atuação da Secretaria de Educação daquele município.

Depois de analisar, perguntar para várias pessoas, o gerente relata que ele e outros colegas concluíram que São José se enquadrava no perfil solicitado, momento no qual a então Secretária de Educação do município foi procurada e aceitou o convite para conhecer a proposta.

No Paraná, além de SJP, o município de Ponta Grossa também firmou parceria à época com o IAS. O gerente lembra que o município de Londrina também estava entre os municípios passíveis de estabelecerem a parceria, mas não sabe por qual motivo isto não ocorreu, assim como o município de Pinhais, que parece que não passou na primeira avaliação

do IAS, e por isso a parceria não teve continuidade naquele município. Ele conta ainda que chegou assistir a um vídeo da então presidente da Fundação Banco do Brasil, junto com Viviane Senna, explicando o projeto.

Luiz Carlos Setim, prefeito municipal de São José de 1997 a 2000, eleito pelo Partido da Frente Liberal (PFL), relata que foi convidado e participou, junto com sua esposa, Sr.<sup>a</sup> Neide Setim, que ocupava naquela ocasião a função de Secretária Municipal de Educação, de uma reunião que ocorreu com o IAS, a Fundação Banco do Brasil e o Instituto Pitágoras de Belo Horizonte, em Brasília, no dia 27 de novembro de 2000. Pelo relato, estava presentes nessa reunião representantes de outros municípios de todo o país, o que leva a crer que essa tenha sido a reunião com os municípios do projeto piloto do IAS.

A então Secretária de Educação explica que “o Instituto Ayrton Senna era a parte intelectual, o Pitágoras dava o fundamento científico e o Banco do Brasil o financiamento.”

O próprio ex prefeito acredita que a escolha dos municípios era baseada em um perfil, mas não sabe ao certo qual, constatando que havia municípios grandes, pequenos e médios envolvidos na parceria com o IAS. A esposa do ex prefeito acredita que muitos outros municípios podem ter sido convidados, mas não tiveram “coragem de assumir”, lembrando o casal que o projeto propunha a necessidade do estabelecimento da eleição de diretores, da autonomia da escola, inclusive em termos financeiros, relatando que foi criado naquela época um sistema de repasse de recursos financeiros direto para a Associação de Pais e Mestres (APM) para a manutenção da escola.

O casal enfatiza que dentre as vantagens da parceria estão o apoio técnico, a valorização do professor, a melhoria da aprendizagem por meio da melhoria do processo de ensino, e que, a partir de tal parceria foi possível fazer uma avaliação do ensino no município. Eles relatam que havia uma “sinergia” entre a Prefeitura e o Instituto.

O ex prefeito relata que antes desse período a Secretaria Municipal de Educação (Semed) era gerida de forma mais política e que eles deram um ritmo técnico-pedagógico, criando o plano de carreira dos servidores, estimulando a elevação do nível de qualificação docente, através, por exemplo, de um convênio estabelecido com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), que ofertou o curso de pedagogia no campus de São José dos Pinhais.

No ano de 2000 houve eleições municipais e o prefeito Setim foi reeleito. Sendo assim, ele e a esposa foram para a reunião com o IAS na condição de representantes do município no mandato que estava terminando, mas também do que iria iniciar no ano seguinte. A parceria com o IAS se formalizou então em 2001, ano em que a Sr.<sup>a</sup> Neide passou

a ocupar a Secretaria de Promoção Social e o Sr Engelbert Schlogel, com formação de graduação em Letras e Mestrado em Educação, assumiu a pasta da educação. Nesse mandato (2001-2004) São José dos Pinhais firmou parceria com o IAS no projeto intitulado *Escola Campeã*, que, quando em 2005 o IAS passa por uma reformulação, é substituído pela *Rede Vencer*, que “reúne soluções educacionais implementadas pelo Instituto Ayrton Senna para qualificar o desempenho escolar de crianças e jovens” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2009), e do qual fazem parte o Programa *Gestão Nota 10*, os Programas de correção de fluxo *Se Liga* e *Acelera Brasil* - de alfabetização de alunos defasados e aceleração do aprendizado, e o *Circuito Campeão* - de gerenciamento das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, com foco na alfabetização no 1º ano.

Já no mandato municipal correspondente aos anos de 2005 a 2008 venceu as eleições o Sr Leopoldo Costa Meyer, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com o apoio do ex prefeito Setim, que, por já ter sido reeleito, não podia se recandidatar naquele momento, segundo a legislação eleitoral brasileira. O Secretário Municipal de Educação passa a ser o Professor Imar Augusto, um profissional cuja experiência esteve sempre ligada à rede privada de ensino, preponderantemente como professor de cursinho e que possuía mandato de vereador no período anterior, não tendo conseguido se reeleger no pleito de 2004 pelo fato do partido ao qual estava filiado não ter conseguido formar aquilo que na legislação eleitoral brasileira chama-se *legenda*<sup>5</sup>. Alguns entrevistados relataram que havia rumores de que o Secretário Imar queria suspender toda a parceria com o IAS naquele momento, mas, de fato suspendeu apenas alguns projetos e manteve o *Gestão Nota 10*, integrante da *Rede Vencer*, que consiste em um programa que “trabalha com indicadores e metas gerenciais, capacitação dos profissionais em serviço e informação em tempo real” (IAS, 2009), ou seja, um sistema de acompanhamento e controle de gestão. No entanto, ressalte-se que o próprio IAS passou por uma reformulação nesse período, sendo possível portanto que a mudança de foco da parceria entre SJP e o Instituto possa ter tido origem dos dois lados.

Durante o mandato do prefeito Leopoldo Meyer parece que a aliança com o ex prefeito Setim estremeceu, e este se candidatou na sequência a uma vaga na Câmara Federal pelo Democratas (DEM), partido que substituiu o PFL, tendo sido eleito. Sua esposa fundou em 2007 o Instituto Movimento Master De Apoio e Incentivo Social (MMAIS), uma “associação civil sem fins lucrativos, autônoma e independente, que busca a promoção das famílias e de seus melhores valores, através de ações sócio-educativas, trabalhando de forma integrada com a sociedade, e todos os setores interessados na construção de um mundo socialmente justo e sustentável.” (SETIM, 2009)

## A PRIMEIRA FASE DA PARCERIA

Segundo os relatos dos entrevistados na pesquisa (diretora de escola, membros da secretaria da educação, ex secretários de educação), o primeiro momento da parceria foi positivo, pois antes desse período havia um amadorismo naquela rede de ensino em termos de gestão, seja por parte da Semed, seja por parte dos diretores de escola, que eram até então nomeados como cargo político. Por isso os cursos e reuniões promovidos pelo Instituto naquele período foram avaliados por todos os entrevistados como atividades relativamente ou muito proveitosas. Uma das coordenadoras de projetos na Semed nesse período conta como vantagem que a partir da parceria foi possível “um olhar mais atento ao desempenho de cada aluno e de cada profissional”.

Porém, a pessoa do IAS encarregada de assessorar o município foi avaliada por vários entrevistados como autoritária, sendo bastante temida pela forma como atuava, realizando visitas surpresa às escolas e constrangendo os diretores publicamente em reuniões. A equipe da Semed também a temia muito, pois conta-se que suas exigências se faziam notar tanto com a direção das escolas quanto com a equipe da Secretaria.

Consta que uma das primeiras mudanças exigidas pelo IAS foi a realização da eleição de diretores de escola, processo que foi instituído da seguinte forma: inicialmente os candidatos a candidatos à direção tinham que se submeter a uma prova escrita, depois, os aprovados apresentavam uma proposta de gestão para a comunidade que deveria ser aceita ou não em uma assembléia, e somente depois disso os pais votavam na melhor proposta, se houvesse mais de uma. Mesmo se houvesse só uma proposta, esta teria que ser também aprovada ou não na assembléia e na urna. Mas a proposta tinha que passar primeiro pela aprovação da Semed, que, segundo a diretora de escola entrevistada, provavelmente tinha critérios para isso, mas que ela não sabe quais eram, mas acredita que fossem de gestão administrativa, financeira e pedagógica. Ela relata que algumas propostas não foram aprovadas. Houve nesse processo um grande percentual de renovação pois a maioria dos diretores nomeados não conseguiram passar na prova escrita.

A eleição de diretores de escola em SJP era e ainda é vinculada a um quórum de maioria simples do universo de votantes e não do número de votos válidos na urna. Considerando que o voto dos pais e alunos não é e nem deve se tornar obrigatório, ocorre um alto índice de ausência, resultando que muitas escolas do Sistema Municipal de Ensino de São

José dos Pinhais não atingem esse quórum de votos no dia da eleição, situação na qual, segundo o regulamento da eleição, a Semed passa a ter a atribuição de nomear o diretor.

Além disso, durante o mandato dos diretores, que é de três anos, estes são avaliados pela comunidade, pela Semed e pelos servidores lotados na escola respectiva, processo no qual, se o diretor tiver uma média abaixo de 60, este será exonerado da função e substituído por um diretor nomeado pela Secretaria. Esses mecanismos são passíveis de crítica, pois colocam limites ao processo de escolha de diretores pela comunidade escolar, mas o mais grave é que na segunda fase da parceria, correspondente ao período de 2005 a 2008, esses limites ampliaram, conforme será analisado no próximo sub título.

Além da mudança no processo de escolha dos diretores, como consequência da parceria com o IAS, a coordenadora dos programas na Semed nesse período relata que houve também um enxugamento da máquina administrativa da Secretaria. Também consta que o IAS solicitou ou exigiu que o município criasse o seu próprio sistema de ensino, com o objetivo de conquistar autonomia do sistema estadual, o que se efetivou por meio da Lei n. 632, de 29 de outubro de 2004, sendo que SJP já possuía Conselho Municipal de Educação desde 1997. No entanto, o conjunto das entrevistas e a observação parece denotar que esses mecanismos foram efetivados apenas do ponto de vista formal, para que o município tivesse mais liberdade de ação, não estando mais inteiramente submetido ao sistema estadual de ensino, ao sair da condição de rede de ensino, passando para sistema próprio. Para se ter uma idéia de como essa autonomia ocorreu apenas do ponto de vista formal, não foi relatado qualquer processo de formação dos conselheiros ou de fornecimento de estrutura material e financeira para que, por exemplo, o Conselho Municipal de Educação assumisse sua função de órgão regulador e se tornasse um organismo atuante, o que caracterizaria, ai sim, um fortalecimento do processo de democratização da tomada de decisão, e portanto uma autonomia real.

Nesse contexto, parecem salutares as palavras de Vera Peroni quando afirma: “Já que não se pode acabar com a democracia, os teóricos neoliberais pretendem, então, esvaziar essas instituições, por serem permeáveis à correlação de forças em um período democrático.” (PERONI, 2008, p. 113)

Se o Sistema Municipal de Educação foi criado com vista à permitir uma maior autonomia, mas se o Conselho Municipal de Educação não passou a ser atuante, pode-se conjecturar que, na prática, o IAS acabou se tornando o órgão de regulação, já que as parcerias com ele foram assumidas como política pública e suas indicações de mudança eram prontamente efetivadas.

No entanto, parece ter havido alguns avanços nesse período, atribuídos em sua maioria à pessoa do então Secretário da Educação, que, ao que parece, tinha uma visão de conjunto de sistema e uma concepção de Estado tendente para uma social democracia, a despeito do fato do prefeito desse período se filiar a um partido liberal. Tais avanços podem ser demonstrados, por exemplo, pelo fato de que foi citado que nesse período havia mecanismos de avaliação do trabalho da Semed pelas escolas, também pelo fato de que conta-se que houve um processo de construção de um currículo básico no município, e também que o secretário Engelbert construiu uma minuta de Plano Municipal de Educação antes de entregar o cargo.

Porém, mesmo que não tenha havido necessariamente um política real, mas apenas formal de fortalecimento da gestão democrática, considerando que os diretores e pedagogos das escolas conseguiram certa qualificação com esse processo e uma compreensão melhor dos fatores que podem auxiliar na melhoria da qualidade da educação, parece conseqüente que estes passassem a reivindicar os insumos e condições necessárias para qualificar progressivamente as condições de oferta do ensino. No entanto à mudança de governo correspondeu mudanças nas relações entre escola e Semed, conforme será demonstrado a seguir.

## A SEGUNDA FASE DA PARCEIRA

Já no segundo momento, quando a parceria se restringiu ao programa *Gestão Nota 10*, da *Rede Vencer*, a maioria dos entrevistados afirma que esta tomou a característica de um mecanismo de controle, de estabelecimento de metas que deveriam ser cumpridas, sem que a Secretaria desse o aporte físico, material e humano necessário para alcançá-las, culpando e constringendo publicamente nas reuniões, encontros e visitas, a direção das escolas que não as cumprissem. A única voz dissonante com relação a avaliação dessa fase é do então Secretário da Educação, que a considera positiva, afirmando que “o trabalho gerencial de análise de dados possibilitou visualizar os pontos frágeis da educação no município, permitindo ações diretivas, eficientes e eficazes nos encaminhamentos que cada unidade de ensino realizava”.

No entanto, as entrevistas apontam que, para evitar o constrangimento, e já que a Semed exigia a constante melhoria dos índices acompanhados, mas não fornecia as condições necessárias para melhorá-los na mesma proporção das exigências, parece que muitas equipes de direção de escola passaram a maquiagem os números enviados à Semed, havendo relato inclusive de que há rumores ou indícios que a própria equipe da Secretaria também tinha essa



prática com os dados antes de enviá-los para o IAS, que nessa fase não mantinha mais um representante para acompanhar diretamente as ações do município, passando a fazê-lo apenas por meio dos dados enviados pela internet à sua plataforma de sistematização das informações. Note-se porém que a denuncia agora é que a Semed passou a atuar constringendo os diretores nas reuniões e não mais a representante do IAS, como foi na primeira fase da parceria.

O trabalho na escola relativo à parceria com o IAS, correspondente a essa segunda fase, consistia em efetuar levantamento de dados, diagnósticos, para atender os prazos e exigências da Semed. A diretora de escola entrevistada relata que o trabalho da Semed nesse período se restringia a tabular os dados enviados pelo conjunto das escolas, que retornavam a estas em forma de gráfico. Os dados coletados na escola diziam respeito basicamente a índice de faltas de professores, de alunos, notas dos alunos, aprovação/reprovação e evasão escolar.

A crítica geral diz portanto respeito ao fato de que levantar dados estatísticos só faz sentido se os mesmos forem utilizados como instrumento para intervenção nos problemas e falhas do sistema. Ou seja, é preciso trazer à tona a obviedade de que o diagnóstico não cura a doença, apenas a identifica. Então, os entrevistados que atuam ou atuavam no chão da escola só vêem positividade nessa segunda fase da parceria se o diagnóstico fosse associado a políticas públicas, inclusive articuladas com as demais Secretarias Municipais, que tentassem atuar em questões como a drogadição, desestruturação familiar, desigualdade de oportunidades econômicas e culturais, etc. Esse contexto leva a pensar sobre os limites de uma educação de qualidade no contexto da sociedade capitalista.

Ocorre que a equipe de trabalhadores da escola já tinha conhecimento dos dados e fatos constatados em tais diagnósticos, já que eram eles mesmos que os levantavam, e, como apenas constatar um problema não o resolve, e, já que a Semed não fornecia os meios necessários para resolvê-los, começou a tomar corpo uma insatisfação com a Secretaria e uma rejeição à parceria com o IAS, rejeição esta que era contida, já que a Semed possuía mecanismos de controle que calava a direção dessas instituições.

Esses mecanismos estavam ligados à mudança no formato da eleição dos diretores de escolas. Assim, a Semed extinguiu a prova escrita e eliminatória para os candidatos a candidatos a direção, favorecendo aqueles diretores da época da nomeação que não conseguiam passar na prova. Outra mudança no processo de eleição dos diretores de escola e que acirrou os mecanismos de coerção nessa segunda fase da parceria, é que o diretor passou a ter que receber no mínimo nota 60 na avaliação anual de cada um dos segmentos (servidores, comunidade e Semed), não valendo mais o sistema anterior no qual o diretor teria

que tirar média 60. Ou seja, se a Semed atribuísse nota 59 para um diretor qualquer, este perderia imediatamente o mandato. E de fato isso aconteceu com quase 20 diretores, o que demonstra que a eleição de diretores não era real, mas apenas formal, mantendo a Semed o controle sobre os diretores através desse mecanismo, pois, na prática, o Secretário poderia “legalmente” tirar o mandato do diretor, sem que houvesse uma movimentação na comunidade escolar, correspondente a essa medida da Semed.

Sem querer defender que o diretor não seja avaliado no desempenho de sua função, o problema é que a forma como esta avaliação é realizada no município de São José propicia que a Semed, em sua quota parte de avaliação do trabalho do diretor, encerre seu mandato sem que ele tenha sequer oportunidade de defesa, o que denota uma regra autoritária em um contexto de Estado democrático de direito, no qual, em tese, ninguém pode ser condenado sem ter direito a plena defesa!

Sendo assim, os diretores não podem ter liberdade de discutir, discordar, debater, reivindicar junto a Semed as condições necessárias para a escola que dirige, com medo de ficar com uma má imagem perante a equipe dirigente daquela secretaria, e por isso perder o mandato.

Foi também relatado nas entrevistas, que como não havia mais a formação dirigida pelo IAS, a Semed realizava bimestralmente palestras de linha empresarial, com pessoas escolhidas pela Secretaria, sem que houvesse um debate sobre as necessidades dos servidores das escolas. Enfim, essa metodologia centralizadora, burocrática, combinada com instrumentos de coerção, de avaliação, de competição e controle de resultados, remete a uma lógica empresarial transposta linearmente para a educação escolar pública, e ainda em uma linha bastante conservadora, hierárquica, de divisão rígida de tarefas, gerencial, que parece se aproximar da concepção de organização taylorista do trabalho, mesmo que o momento atual seja de expansão da concepção toyotista. Institui-se assim a lógica do chamado quase mercado, na qual, por meio de parcerias, se estabelece a lógica do privado a orientar o setor público, mesmo que permaneça a propriedade estatal. (PERONI, p. 115)

## A INTERRUPÇÃO DA PARCERIA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Embora as siglas partidárias possam sugerir o contrário, as observações, conversas, documentos analisados e entrevistas realizadas na pesquisa de campo, permite concluir que, apesar do mandato do Prefeito Setim ser coerente com sua filiação partidária liberal, curiosamente a gestão da pasta da educação nesse período foi marcado por características de

cunho social democrata, enquanto que no mandato do Prefeito Leopoldo Meyer, este sim de filiação social democrata, a Semed foi dirigida por uma orientação liberal.

Nas eleições de 2008 venceu o candidato Ivan Rodrigues, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), resultado que foi considerado inesperado, pois a expectativa da disputa seria entre o candidato do DEM (antigo PFL) e o do PSDB. Considerando que a coligação do prefeito do PTB incluía o Partido dos Trabalhadores (PT), a pasta da Educação foi concedida a este partido, ocupando a função de Secretário o Prof. Luiz Marcos Lepienski, ex diretor de escola da rede estadual, que, logo no início de seu mandato, tomou, junto com sua equipe, a decisão de interromper a parceria com o IAS, decisão que foi aplaudida ao ser anunciada em uma reunião de diretores das escolas municipais.

Além disso, compôs o plano de governo do então candidato a prefeito Ivan Rodrigues a proposta de mudança da forma da eleição dos diretores das escolas municipais de SJP. Considerando que tal eleição está prevista para ocorrer no final de 2009, ainda não é possível saber se essa proposta realmente se efetivará.

Com relação à rejeição que a parceria com o IAS conquistou em SJP, esta se deu em grande medida porque a Semed fazia exigências da escola e não dava o suporte para que a escola atingisse as metas estabelecidas. Sendo assim, pode-se conjecturar que, caso a Secretaria desse esse suporte, a parceria continuaria a ser bem aceita. Porém, isso esbarra nos limites do poder público no contexto da sociedade capitalista, sobretudo quando gerido por grupos que representam ou se filiam ideologicamente à manutenção e fortalecimento da “lógica destrutiva do mercado” (MÉSZÁROS, 2002). Além disso, a relação hierárquica e autoritária que a Semed estabeleceu com os servidores nessa última fase reproduziu a relação que já se estabelecia pela representante do IAS com os servidores daquela secretaria. Mas esses aspectos serão ainda considerados com maior profundidade na continuidade da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado com apoio da Fundação Araucária, bem como da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti-PR) e do Governo do Estado do Paraná.

<sup>2</sup> Ayrton Senna foi um piloto brasileiro de Fórmula 1, que morreu no dia 1º de maio de 1994, em um acidente durante a corrida de Ímola. O Instituto Ayrton Senna foi criado meses após a sua morte sob a alegação de que tal ação se constituía na realização de um sonho do piloto, que, inconformado com a realidade do país, já havia manifestado o desejo de realizar alguma ação concreta para ajudar crianças e jovens - principais vítimas da sociedade desigual - a desenvolverem-se integralmente. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2009)

<sup>3</sup> Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais (SEMED).

<sup>4</sup> O Ideb é um indicador criado em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), que mede a qualidade da educação, e foi pensado para facilitar o entendimento de todos e estabelecido numa escala que vai de zero a dez. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada

---

escola e cada rede até 2022. O novo indicador utilizou na primeira medição dados que foram levantados em 2005. A média nacional do Ideb em 2005 foi 3,8 nos primeiros anos do ensino fundamental. Em 2007, essa nota subiu para 4,2. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009)

- <sup>5</sup> A exigência de que o partido político ou a coligação receba da população um mínimo de apoio manifestado pelo voto é chamado de legenda. Para determinar esse apoio aos partidos é necessário calcular o quociente eleitoral. Para isso, soma-se o número total de votos nominais e o de votos de legenda. Esse valor vai ser dividido pelo número de cadeiras disponíveis na Câmara Municipal. Apenas os partidos ou coligações cuja soma dos votos válidos tiver alcançado o quociente eleitoral vai poder concorrer às vagas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

INSTITUTO AYRTON SENNA. *Quem somos*. Disponível em: <<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/default.asp>> Acesso em: 20 jul 2009.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Ideb*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ideb/>> Acesso em: 20 jul 2009.

PERONI, V. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do estado. In: ADRIÃO, T. & PERONI, V (org.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. *Informações sobre o município de São José dos Pinhais*. (mimeo) 2008.

SETIM. *Projetos*. Disponível em: <<http://www.setim.com.br/>> Acesso em: 20 jul 2009.